

A. I. Nº - 232209.3003/16-2
AUTUADO - V & A COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. (EMPRESOL) - ME
AUTUANTE - RONALDO LOPES CARNEIRO DA SILVA
ORIGEM - INFRAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 20/03/2017

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0037-05/17

EMENTA: ICMS. SIMPLES NACIONAL. RECOLHIMENTO A MENOR DO IMPOSTO. Diante da documentação acostada pelo defendente, restou comprovado que os valores exigidos já estavam quitados/parcelados, em data anterior à ação fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/06/2016, exige ICMS no valor de R\$101.070,81, e multa de 75%, pois o sujeito passivo efetuou o recolhimento a menor do ICMS declarado referente ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, implicando, desta forma, em não recolhimento de parte do ICMS, devido a erro na informação da receita e/ou de alíquota aplicada a menor.

O autuado ingressa com defesa, fls 18 e não concorda com a notificação que lhe foi endereçada. Pede a sua retificação, posto que as competências citadas na notificação fiscal estão em parcelamento, conforme documentos que anexa. Pede total revisão das planilhas para a sua anulação.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 51 a 52 e considerando a farta documentação apensada aos autos, comprovando que os valores de ICMS – Simples Nacional, já estavam sob efeito de parcelamento concedido pela Receita Federal, antes desta ação fiscal, cujo acompanhamento cabe a este Ente Federativo, só lhe resta acatar as argumentações defensivas.

Salienta que o contribuinte jamais fez referência sobre o parcelamento em questão, omitindo este fato, pelo que lavrou o Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente constato que o Auto de Infração atende a todas as formalidades para a sua validade, obedecidos os requisitos constantes no art. 39 do RPAF/99 (Decreto nº 7.629/99).

Trata-se de Auto de Infração no qual está sendo exigido ICMS de empresa inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, em decorrência de recolhimento a menor do ICMS declarado referente ao SIMPLES NACIONAL, devido a erro na informação da receita e/ou alíquota aplicada a menor.

A opção pelo Simples Nacional por parte do contribuinte implica na aceitação de um Regime Especial Unificado de Arrecadação, conforme previsto nos artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/06, cuja forma de arrecadação é a prevista no seu art. 18 e §§, cujo pressuposto básico é a “receita bruta”, quer para determinação da alíquota aplicável, como para a determinação da base de cálculo. Assim sendo, o valor do imposto calculado pelo Simples Nacional não perquire cada saída específica, mas um montante que servirá para o cálculo dos diversos tributos e contribuições envolvidos.

O sujeito passivo traz aos autos uma série de comprovantes para referendar que as parcelas exigidas nesta autuação estão com pedido de parcelamento, feito anteriormente à ação fiscal.

Citados documentos encontram-se nas fls. 19 a 45, emitidos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, consoante Processo nº 10580.513516/2013-1, cuja situação é ATIVA COM PARCELAMENTO SIMPLIFICADO e ESTRATO DO DAS.

O autuante após analisar os documentos trazidos pelo defendente, concorda que os valores objeto da autuação foram quitados, antes da ação fiscal, pelo que o Auto de Infração deve ser cancelado.

Concordo com a postura adotado pelo autuante, no sentido de que o Auto de Infração não procede, posto que os valores já se encontravam quitados, no momento da lavratura do Auto de Infração.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **2322093003/16-2**, lavrado contra **V & A COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. (EMPRESOL) - ME**.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2017.

ANGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR